



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

A privatização da TAP tem de ser travada e revertida!

Declaração Política do PCP

Deputado Bruno Dias

Sessão Plenária de 09-12-2015

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O que está a acontecer na TAP não é investimento estrangeiro nenhum – é um saque. O famoso “dinheiro fresco injetado na companhia” está a ser espremido da própria TAP!

Até os 10 milhões de euros (sublinhe-se esta vergonha: dez milhões de euros!) que o consórcio privado pagou pela TAP ficam “ela por ela” com os 10 milhões oferecidos à Barraqueiro (de Humberto Pedrosa) pelo despacho de Sérgio Monteiro em 10 de agosto.

Menos de 24 horas depois do infame episódio da assinatura do contrato de venda da TAP na sede da Parpública, David Neeleman esclarece quem tivesse dúvidas sobre quem é que manda afinal, e anuncia que a encomenda dos novos aviões A350 (com as condições especiais que tinha) fica sem efeito, trocada por outros modelos (neste caso, A330, mais favoráveis às estratégias do consórcio privado), que assim chegam vários meses depois do prazo inicial. A posição contratual é cedida. Quem ganha?

Mais recentemente, é referida a venda dos edifícios do reduto TAP no Aeroporto de Lisboa, seja por operação financeira de tipo “lease back” seja mesmo por alienação com a saída de um conjunto de atividades e serviços. O



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

tão celebrado “encaixe de capital” significaria assim um quadro de precariedade operacional, acelerando os riscos de deslocalização definitiva do grosso da Manutenção e Engenharia e de abandono do handling e da SPdH/Groundforce. Quem ganha?

Há dias, Fernando Pinto, “gestor público-privado” da TAP dizia que o consórcio tinha colocado 180 milhões de euros na companhia. Não explicou que o dinheiro vem dos credores da TAP, que já eram e continuam a ser credores da TAP, mas desta vez com garantias do Estado – que sempre foram negadas à TAP pública. Mas a esse assunto ainda voltaremos...

Durante anos, propagandearam a privatização da TAP com profissões de fé sobre o seu futuro, sobre “a nossa TAP”, a qualidade do serviço sempre salvaguardada, a identidade própria da companhia, a ligar Portugal e os portugueses ao mundo. Tanto juraram e bateram no peito e tão depressa foram desmentidos! Ainda nem um mês passou e já os tais interesses privados mostraram ao que vêm.

Anunciam a aplicação de modelo de serviço típico das companhias “low cost”. Anunciam que a TAP passará a cobrar pelas refeições servidas a bordo. Anunciam (e já aplicam) a imposição de uma “sobretaxa de boas festas”, a encarecer as passagens aéreas nesta época – só porque sim, só porque podem.

Entretanto, é também anunciado o futuro abandono das ligações aéreas de longo curso à cidade do Porto, e o peregrino cenário, já admitido, de uma espécie de subcontratação da TAP às “low costs” para voos nacionais ou de médio curso.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

É esta a TAP mais forte que nos prometeram! Que futuro está reservado para a PGA Portugália Airlines e os seus trabalhadores? Aliás, que futuro está reservado em relação aos tais despedimentos na TAP, que os arautos da privatização brandiam como ameaça se a TAP fosse pública?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Nós sempre afirmámos que a privatização da TAP, do ponto de vista político e estratégico, era e é uma decisão criminosa em relação ao interesse nacional. Neste caso, o processo que foi levado a cabo tem a agravante de ter sido conduzido em flagrante violação da Lei e da Constituição!

De acordo com o que veio a público, a 21 de outubro Passos Coelho e Sérgio Monteiro reúnem-se com os bancos credores da TAP. No dia seguinte (mais de duas semanas depois das eleições legislativas), é aprovada a Resolução do Conselho de Ministros que na prática atribuiu uma garantia pública à dívida da TAP, salvaguardando a posição dos bancos e dos interesses privados que se apoderassem da TAP. Nesse mesmo dia o PCP denunciou essa manobra e sublinhou que o Governo teria de ser responsabilizado por quaisquer consequências para o Estado que resultassem desta decisão.

Menos de uma semana depois, o XX Governo cessa funções e Sérgio Monteiro declara-se “entusiasmado” com a sua nomeação para a venda do Novo Banco – que (coincidência ou não) é um dos credores da TAP.

O governo que em 2012 cancelou a privatização da TAP, alegando que o comprador não tinha as necessárias garantias bancárias para a dívida da TAP, foi o mesmo governo que em 2015 garantiu essa dívida ao novo comprador, sem quaisquer custos para este.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

O Estado assumiu assim um valor que ascenderá a 766,7 milhões de euros de dívida contingente, ao contrário do estipulado no caderno de encargos, alterando materialmente as condições do concurso, já em fase de venda direta, em menos de 24 horas, sem autorização da Assembleia da República e sem qualquer controlo prévio.

Entretanto, com o XX Governo já demitido e em meras funções de gestão, nova Resolução do Conselho de Ministros ordena que a Parpública celebre com o “Agrupamento Gateway” a conclusão da venda da TAP, aprovando a minuta do “acordo” para a privatização e determinando efeitos imediatos para a decisão.

Um Governo, que havia já tomado decisões politicamente ilegítimas, ultrapassava agora de forma confirmada os limites constitucionalmente estabelecidos à sua própria ação, procurando limitar significativamente os poderes de decisão política do futuro Governo.

Senhoras e Senhores Deputados, o que este processo configura é um verdadeiro escândalo, que avançou de ilegalidade em ilegalidade e que tem de ser travado de uma vez por todas!

Não podemos continuar a pactuar com uma lógica de factos consumados. Os últimos dias trouxeram novos e poderosos argumentos à luta contra a privatização, confirmaram alertas que o PCP vem fazendo desde sempre, mas também demonstraram que há possibilidades reais de salvar a TAP, em vez de a deixar entregue ao controlo destes interesses e destas estratégias.

O PCP sublinha que existem todas as razões – políticas, económicas, jurídicas – para anular e fazer reverter imediatamente esta privatização, sem



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

qualquer indemnização como ato ilegal que foi, e reafirma também que, em função das posições políticas assumidas pelos diferentes partidos representados na Assembleia da República, estão reunidas as condições para anular e reverter esta privatização.

Sem prejuízo da indispensável e inadiável intervenção que o atual governo terá a responsabilidade de assumir, o PCP prosseguirá a sua intervenção empenhada, coerente, que ao longo dos anos tem vindo a desenvolver. Nesse sentido, apresentaremos na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas a proposta de que seja ouvido o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para que esta Assembleia tenha o ponto de situação e o debate em torno desta questão estratégica para a nossa economia e para a soberania nacional.

Disse.